

STJ00119764

ROGÉRIO LAURIA TUCCI

DO CORPO DE DELITO
NO DIREITO
PROCESSUAL
PENAL BRASILEIRO



1978

STJ00119764

№ 0239

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PARTE PRIMEIRA

CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

§ 1.º <i>ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO TEMA VERSADO</i>	
1. Corpo de delito e tipo penal	5
2. Elementos típicos	7
3. Abrangência dos elementos típicos pelo tipo penal e pelo corpo de delito	11
§ 2.º <i>CORPO DE DELITO EM DIREITO PROCES- SUAL PENAL</i>	
4. Cometimento delituoso em sua visualização externa	13
5. Concepção de cunho processualista	14

CAPÍTULO II
ESCORÇO HISTÓRICO

§ 1.º *PROLEGÔMENOS*

6. Povos antigos	21
7. Direito Romano	23
8. Direito Canônico	30
9. Da Idade Média aos tempos modernos	35

§ 2.º *DIREITO LUSITANO*

10. Primícias e Ordenações Afonsinas	39
11. Ordenações Manoelinas	41
12. Ordenações Filipinas	42
13. Atos legislativos ulteriores	44

§ 3.º *DIREITO BRASILEIRO*

14. Legislação imperial	47
15. Regime republicano pluralista	50
a) Justiça Federal	50
b) Legislação estadual	50
16. Codificação nacional	56
17. Legislação projetada	58
18. Legislação processual penal especial	60

PARTE SEGUNDA

**CORPO DE DELITO EM DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

CAPÍTULO III

CONCEITUAÇÃO

19. Conceito etimológico e terminologia	67
20. Significado técnico	70

21.	Atividade judicial	73
22.	Conotação liberal e ética	76

CAPÍTULO IV

NATUREZA JURÍDICA

§ 1.º *ATIVIDADE JUDICIAL PROBATÓRIA E CAUTELAR*

23.	Teorias sobre o corpo de delito como pressuposto do processo	81
24.	Insustentabilidade das formulações expostas	82
25.	Atividade judicial vinculada à perquirição da verdade material	87

§ 2.º *VERDADE EM PROCESSO PENAL*

26.	Verdade e certeza	91
27.	Prova penal	94
28.	Sistemas processuais penais de apuração da verdade material	96

§ 3.º *SISTEMAS PROCEDIMENTAIS PENAIS*

29.	Correspondência com os sistemas probatórios em matéria criminal	105
30.	Procedimento acusatório	106
31.	Procedimento inquisitório	108
32.	Procedimento misto	113

§ 4.º *CORPO DE DELITO E OS SISTEMAS ESTUDADOS*

33.	Procedimento inquisitivo e <i>corpus delicti</i>	121
34.	Evolução conceptual	128

§ 5.º *CONOTAÇÃO CAUTELAR*

35.	Jurisdição: breves dados conceptuais	135
36.	Conteúdo da jurisdição	137
37.	Providências cautelares relacionadas com a prova	140
38.	Procedimento probatório cautelar	143
39.	Investigação da verdade e cautela	147

PARTE TERCEIRA

CORPO DE DELITO NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA

CAPÍTULO V

PERSECUÇÃO PENAL E CORPO DE DELITO

§ 1.º *PERSECUÇÃO PENAL*

40.	<i>Ius puniendi</i> : direito de coação indireta	153
41.	Caracteres da persecução penal	156
42.	<i>Persecutio criminis</i> no Direito Processual Penal Brasileiro	159

§ 2.º *CONSTATAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO "CORPUS CRIMINIS"*

43.	Codificações processuais penais brasileiras em vigor e retrospecto histórico	165
44.	Momento procedimental de sua efetivação	170

CAPÍTULO VI

ATIVIDADE COMPROBATÓRIA DO CORPO DE DELITO

§ 1.º *ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA ECLÉTICA E MEIOS DE PROVA UTILIZÁVEIS*

45.	Equilíbrio entre a defesa da sociedade e a as- seguração da defesa da liberdade do acusado	175
46.	Cognição judicial do <i>corpus delicti</i>	179
47.	Valor probatório da confissão criminal	184
48.	Inadmissibilidade, também, de prova indiciária do corpo de delito	190

§ 2.º EXAME DE CORPO DE DELITO

49.	Aglutinação de <i>corpus criminis</i> e <i>corpus proba- torium</i>	199
50.	Relevância da prova pericial	201
51.	Caracteres do exame de corpo de delito	203
52.	Providências prévias e detalhes correlatos	209
53.	Número de peritos encarregados do exame	214
54.	Efetuação e complementação do exame de corpo de delito	217
55.	Dispositivos legais especificados ao exame de cor- po de delito	221
56.	Atuação probatória correlata	223
57.	Providências conjugadas com o exame do corpo de delito	226

§ 3.º PROVA TESTEMUNHAL SUPLETIVA DO EXAME DE CORPO DE DELITO

58.	Observações introdutórias	231
59.	Subsidiariedade da prova testemunhal acerca da materialidade do fato criminoso	232
60.	Caracteres da prova testemunhal supletiva do exa- me de corpo de delito	235
61.	Ineficácia do testemunho epistolar	240

CAPÍTULO VII

ATIVIDADE ACAUTELATÓRIA DO CORPO
DE DELITO§ 1.º *GENERALIDADES*

62.	Prova e cautela	245
63.	Providências incidentes sobre coisas ou pessoas ..	246
64.	Outras providências correlatas	247

§ 2.º *BUSCA E APREENSÃO*

65.	Conceituação da busca e da apreensão	249
66.	Modalidades de busca	255
	a) Busca domiciliar	256
	b) Busca pessoal	259
67.	Aspectos complementares	262
	a) Apreensão de documento em poder do defen- sor do acusado	262
	b) Apreensão de documento existente em repar- tição pública	264
	c) Apreensão em outro território	265

§ 3.º *PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES A APRE-
ENSÃO*

68.	Custódia e destino do objeto da apreensão	269
69.	Restituição de coisas apreendidas	270
70.	Confisco	274

CAPÍTULO VIII

CORPO DE DELITO E PRISÃO DO
DELINQUENTE

71.	Orientação legislativa nacional	281
-----	---------------------------------------	-----

72.	Prova da existência do crime como pressuposto da prisão provisória	288
73.	Justificativa da formulação	290
74.	Exigência de comprovação preambular do <i>corpus delicti</i>	291

CONCLUSÕES

75.	Considerações finais e conclusivas	295
	a) Concepção processual de corpo de delito ...	295
	b) Comprovação do corpo de delito	297
	c) Exame de corpo de delito	297
	d) Prova do corpo de delito mediante depoimentos de testemunhas	298
	e) Inexpressividade da confissão criminal e da prova indiciária na constatação do corpo de delito	299
	f) Aglutinação do “ <i>corpus criminis</i> ” e do “ <i>corpus probatorium</i> ”	299
	g) Conotação cautelar da atividade comprobatória do corpo de delito	300
	h) Prova da existência do crime como pressuposto da prisão do delinqüente	300

INDICES

Índice sistemático	VII
Índice onomástico	303
Índice bibliográfico	313